ORIENTAÇÃO COMPLEMENTAR AOS DELEGADOS DE POLICIA FEDERAL, APOSENTANDOS ATÉ SETEMBRO DE 1991, QUANTO A DECLARAÇÃO DE RENDAS DE 2010/2011, PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

Em aditamento a ultima Orientação de 27.08.2010, enviada pelo Escritório Cury Advogados Associados SS, alertando todos os delegados de polícia federal que foram contemplados com o pagamento de precatório referente aos proventos(período de setembro de 1991 até dezembro de 2003), apresentamos, agora, complementarmente o seguinte:

No dia 8 de fevereiro do corrente ano a Secretaria da Receita Federal editou a Instrução Normativa nº 1127/2011, com o fito de regulamentar a Lei nº 12350 de 28 de dezembro de 2010.

A referida Instrução estabelece regras para todos que receberam precatórios no ano de 2010, especialmente, aqueles que receberam antes do mês de julho. Tal orientação visa sistematizar ou dar novo critério para quem recebeu indenizações salariais de forma de “**rendimentos recebidos acumuladamente – RRA**”, que no presente caso, o pagamento de precatórios.

Sendo assim, o Delegado deverá atentar para o que dispõem a norma regulamentadora, que em seu art. 13, disposições transitórias, permite ao Contribuinte duas opções; A primeira forma seria a opção pela fonte pagadora com a possibilidade de ajuste anual nos termos do § 7º art. 12-A Lei 7713/88; ou a segunda opção pela tributação exclusiva na fonte.

Desta forma, e se a escolha for pela primeira opção – ajuste anual, o Contribuinte deverá adotar o preenchimento da declaração pelos rendimentos tributáveis recebidos de pessoas jurídicas;

E se a opção for pelos rendimentos tributáveis de pessoa jurídica recebida acumuladamente – rendimentos exclusivamente na fonte. O procedimento está sujeito aos mesmos prazos de pagamentos e condições deste, por ocasião do recebimento.

Devido a complexidade da matéria sugerimos que o Delegado recorra a orientação de um Especialista em imposto de renda pessoa física para sua segurança.

Informamos, ainda, que se a escolha for pela segunda opção – rendimentos recebidos acumuladamente, pelos rendimentos tributáveis exclusivamente na fonte, o Delegado deverá ter em suas mãos, além dos valores e data do recebimento, a quantidade de meses que resultaram os ganhos contidos no precatório, que neste caso foram 148 meses. É importante salientar que para aqueles que optarem pelos rendimentos recebidos acumuladamente, que o período específico abrange a data inicial de setembro de 1991 até dezembro de 2003, isto é, 148 meses.

Mais uma vez desejamos recomendar ao Delegado beneficiado pela ação dos proventos – Mandado de Segurança 91.00.24281-0, da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, isto é, Delegados que se aposentaram até setembro de 1991, que essas orientações de natureza tributária tem apenas a intenção de traçar um roteiro para a declaração de rendimentos de 2010/2011. Advertimos, contudo, que o mais seguro quanto à elaboração da declaração, é efetivamente o Delegado consultar um especialista em tributos ligados à declaração anual de imposto de renda – pessoa física -, já que este escritório não dispõe de profissionais especializados em tributos. O prazo final para declaração de rendas se encerra em 29.04.2011, devendo o ilustre Delegado atentar-se para esse prazo e promover sua consulta com um contador ou especialista em tributação de rendas, a fim de ter sua declaração adequadamente ajustada à complexa legislação tributária.

Brasília, DF, 28 de março de 2011.

João Cury
Cury Advogados Associados SS